

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
ESPECIALIZAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA

Carolina Padilha Fedatto

**AS FUNÇÕES DO *NÃO* NA VIDA HUMANA:
NOTAS PARA UM PERCURSO ENTRE LINGUÍSTICA, FILOSOFIA E PSICANÁLISE.**

Belo Horizonte

2014

Carolina Padilha Fedatto

**AS FUNÇÕES DO NÃO NA VIDA HUMANA:
NOTAS PARA UM PERCURSO ENTRE LINGUÍSTICA, FILOSOFIA E
PSICANÁLISE.**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Teoria Psicanalítica da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de Especialista em Teoria Psicanalítica.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Dias Gontijo

Belo Horizonte

2014

Ficha catalográfica

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
ESPECIALIZAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA

Monografia intitulada “As funções do *não* na vida humana: notas para um percurso entre linguística, filosofia e psicanálise”, de autoria de Carolina Padilha Fedatto, avaliada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Eduardo Dias Gontijo – FAFICH/UFMG - orientador

Prof. Dr. Fábio Roberto Rodrigues Belo – FAFICH/UFMG

Prof. Dr. Verlaine Freitas – FAFICH/UFMG

Belo Horizonte, 26 de maio de 2014.

Lutar com palavras
é a luta mais vã.
Entanto lutamos
mal rompe a manhã.
São muitas, eu pouco.
Algumas, tão fortes...

(*O lutador*, Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

Este estudo pretende explorar as funções linguísticas, filosóficas e psicanalíticas da negação refletindo sobre seus efeitos tanto para a constituição do sujeito quanto para os processos de construção da sociabilidade. O fenômeno da negação é aqui tratado como um gesto simbólico e historicamente situado em que se marcam as relações entre subjetividade e ideologia. Buscaremos traçar um panorama das principais conceituações sobre o ‘não’ nas ciências da linguagem, na filosofia e na psicanálise com o objetivo de compreender seus diferentes papéis na fundação do sujeito e da sociedade. Para isso, procuramos discutir a universalidade e a diversidade da negação nas línguas humanas, seu processo de aquisição pela criança e alguns modos de descrever o fenômeno negativo nas línguas. Num segundo momento, investigamos como a negação torna-se uma operação central nos estudos de lógica tradicional e moderna para, a seguir, ocupar também um papel de destaque nas filosofias do devir, tão caras a diversas conceituações psicanalíticas, notadamente o papel do outro/Outro e as funções da agressividade. O papel da negação é discutido, por fim, tendo em vista os ensaios freudianos sobre o funcionamento da linguagem na formação e na compreensão do conflito psíquico. Com este percurso, esperamos fomentar as reflexões sobre a negação no campo da psicanálise, um tema que expõe as íntimas e tensas relações entre o psíquico, o histórico e o linguístico.

Palavras-chave: Negação; Linguagem e Psicanálise; Filosofia e Psicanálise; Psiquismo e Sociabilidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
Capítulo 1: O não na linguagem humana	12
1.1. <i>A universalidade da negação</i>	12
1.2. <i>A aquisição da negação pela criança</i>	13
1.3. <i>Descrições do fenômeno negativo</i>	15
Capítulo 2: O não na filosofia	19
2.1. <i>A lógica da negação</i>	19
2.2. <i>Negação e devir</i>	21
Capítulo 3: O não na psicanálise	25
3.1. <i>O trabalho negativo do sonho</i>	25
3.2. <i>Formações linguísticas e conflito psíquico</i>	27
3.3. <i>Linguagem e psicanálise</i>	33
CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	37
OBRAS COMPLEMENTARES	39

INTRODUÇÃO

O tema do negativo fascina logo de saída por sua multiplicidade e polissemia. Antes de abordar os muitos enfoques disciplinares do ‘não’, que serão em alguma medida desenvolvidos neste breve estudo, seria produtivo mergulhar no assunto por meio de sua heterogeneidade. André Green (2010), em seu valoroso trabalho sobre o negativo em psicanálise, começa também por aí. A polissemia conceitual e empírica da ideia de negação não pode ser encarada simplesmente como uma justaposição de sentidos diferentes, ela deve ser compreendida como um *conjunto articulado* de relações que muitas vezes se estabelece de maneira tensa. Distinguiremos, juntamente com Green (2010, p. 31 e 32), quatro sentidos principais que se manifestam nessa *tensão articulada* sempre que o negativo entra em cena na vida humana: 1) a negação como *oposição* que instaura um antagonismo entre dois termos contrários que lutam para resistir um ao outro ou para aniquilar o outro; 2) o negativo como o inverso simétrico e intercambiável de um positivo; 3) o ‘não’ como *ausência*, como algo que se faz potencialmente presente ou comparece pela falta e, finalmente 4) o negativo como sendo o *nada*, aquilo que nunca chegou a existir. Esses diferentes sentidos do ‘não’, muitas vezes tomados como excludentes por disciplinas que se especializam em apenas um deles, serão aqui trabalhados em sua plurivocidade a fim de buscarmos compreender o poder do negativo na construção do humano.

Movido por esse propósito, nosso estudo procurará considerar diferentes enfoques sobre o tema. A filosofia analítica toma a negação, por exemplo, diretamente como objeto e, com seu viés pragmático, estuda, entre outros aspectos, o uso e a função dos operadores lógicos (negação, disjunção e conjunção) na linguagem humana. Nesse campo, destacam-se autores como Frege (1971) e Husserl (1970, 2006) que propuseram reflexões fundamentais sobre o papel da negação na constituição do julgamento. O tema da negação oferece ainda uma reflexão sobre o processo de constituição do psiquismo e da sociabilidade, notadamente por meio da pesquisa de René Spitz (1978) sobre a função ontogenética do ‘não’ na vida da criança e na constituição da comunicação humana. Também debruçados sobre o universo infantil, os estudos em aquisição da linguagem se ocupam do problema da negação. Nesse sentido, o trabalho de Maria Fausta Pereira de Castro (1995) discute a importância de se considerar a singularidade

do processo de aquisição em relação à ordem própria da língua, que se mostra relativamente autônoma frente ao cognitivo e ao social. Os enunciados negativos são igualmente objeto de descrição e teorização nas Ciências da Linguagem. Importantes enfoques sobre o tema foram revisitados e elaborados pelo francês Oswald Ducrot (1981) em seus trabalhos sobre lógica e argumentação. Já Freda Indursky (1990) apresenta uma interessante diferença entre a negação polêmica, entendida por Ducrot como equivalente à denegação freudiana, e a denegação do ponto de vista discursivo, isto é, considerando as relações entre linguagem e ideologia.

Uma discussão a se destacar a partir dos estudos sobre a negação pelo viés lógico e linguístico é sua relação com os domínios não verbais da linguagem humana. Pode-se afirmar que as proposições afirmativas são mais facilmente “representadas”¹ por outros sistemas semióticos, já os enunciados negativos não transitam com a mesma transparência por outras formas de linguagem². Isso pode ser observado nas múltiplas e opacas possibilidades de se representar picturalmente uma sentença do tipo “Ele não está plantando uma árvore.” Para que uma frase negativa como esta seja representada visualmente de forma considerada verdadeira ou correspondente ao conteúdo do enunciado verbal que lhe deu origem, pode-se desenhar qualquer cena ou objeto, exceto um homem plantando uma árvore. Essa constatação nos leva a aproximar a função da negação ao papel da interdição. A negação é uma prescrição, uma proibição, uma forma linguística que toca o campo da ação, do não fazer.

Por outro lado, o tema do negativo é também bastante caro às chamadas filosofias do devir. O questionamento das transformações percebidas na realidade, assim como a problematização do próprio homem diante dessa percepção, coincide com o nascimento da Filosofia. Essa discussão tem como consequência diferentes desdobramentos, dentre eles, o que mais interessa à reflexão que aqui se propõe, estaria a inclusão da história – e da luta por seu sentido – no seio das discussões filosóficas. Do

¹ O conceito de representação é sempre um tema de discussões no campo dos estudos da linguagem e da significação, oferecendo espaço para posições diversas sobre as relações entre linguagem e mundo e também entre as diferentes formas de linguagem (verbal, visual, sonora). Não podemos desconsiderar a complexidade dessas discussões. No entanto, iremos nos limitar neste trabalho a pensar a representação como um efeito imaginário de similaridade entre os conteúdos expressos nos diferentes sistemas de signos, efeito esse que se produz na relação do sujeito com o simbólico e com o político.

² Esse efeito de maior facilidade e transparência na representação visual de proposições assertivas pode ser verificado, por exemplo, pelo princípio de aproximação entre semelhança e afirmação que, segundo Foucault, balizou as concepções da arte pictural no Ocidente entre os séculos XV e XX (1988, p. 41 et seq.).

ponto de vista das filosofias do devir, a negação teria, então, um caráter histórico, de mudança, de vir-a-ser. Para Hegel, por exemplo, a história seria movida pela sucessão de *negações determinadas* dos momentos precedentes³. É o poder do não que faz a história. Ao negar o momento precedente e afirmar o momento novo produz-se uma *Aufhebung* [a palavra dialética de Hegel, que pode ser traduzida por *suspensão*] do momento precedente, movimentando assim a história. Uma brilhante via de reflexão a partir da obra de Hegel foi proposta por Kojève (1947/2002), que enfatizou em seus cursos uma interpretação da metáfora mítica da dialética do senhor e do escravo. Nesse mito de origem, dois homens se encontram buscando, cada qual, ter consciência de si, consciência que só pode existir na relação com o outro, por um reconhecimento. Esses dois homens se encontram, então, num impasse: ou um deles arrisca a liberdade para se tornar senhor, ou desiste do combate por prestígio em favor de sua vida, tornando-se escravo. Interpretar a obra hegeliana enfocando a dialética do senhor e do escravo permitiu, por exemplo, a Lacan compreender em sua complexidade questões basilares em psicanálise como o papel do outro/Outro e a função da agressividade.

Em Freud, o problema da negação aparece sob dois enfoques igualmente importantes. Em textos como *A interpretação dos sonhos* (1900) ou *A significação antitética das palavras primitivas* (1910), o ‘não’ é trabalhado sob o ponto de vista da colocação em cena do contrário e do oposto. Já no clássico ensaio sobre a *Verneinung* (1925), a denegação é apresentada como um caso particular da função do ‘não’ na vida humana: um modo de apresentar aquilo que é sob a forma do não ser. A afirmação estaria contida na negação e o enunciado negativo seria uma pista do conteúdo recalçado, já que o dizer do sujeito o trai, anunciando justamente um desejo escondido. Outros psicanalistas, como Winnicott e Bion, se aproximaram também da temática do ‘não’. Eles não serão discutidos diretamente em nosso estudo, mas assim como André Green (2010), suas reflexões sobre o duplo impacto *estruturante* e *desestruturante* do negativo se fazem presentes neste trabalho pelo investimento que procuramos fazer em explicações que não descartam as contradições, incoerências e conflitos entre os muitos sentidos conceituais e empíricos que esse tema pode gerar.

³ Vladimir Safatle (2011) explica que a *negação determinada* incide sobre o verbo ‘ser’ em uma relação de identidade. Por exemplo, no enunciado “a mulher não é homem”, o ‘não’ estabelece uma relação de oposição, de contrariedade entre mulher e homem. A negação determinada faz passar de um termo a outro, conservando, necessariamente, o termo negado. A determinação implica uma oposição, ou seja, a aceitação da existência do seu oposto.

De maneira geral, podemos dizer que o propósito de uma empreitada que considere esses espectros do problema da negação seria o de compreender a relação entre o funcionamento linguístico e filosófico do ‘não’ e seu papel na constituição do psiquismo e da sociabilidade. Para isso, discutiremos em primeiro lugar a universalidade e a diversidade do fenômeno negativo nas línguas humanas, seu processo de aquisição pela criança e algumas formas de descrever o funcionamento linguístico do ‘não’. Dedicaremos um segundo momento à compreensão do papel da negação nos estudos de lógica tradicional e moderna, assim como à exploração da relação entre negação, identificação e história nas filosofias do devir. A negação será, afinal, discutida tendo em vista as implicações, formuladas por Freud, entre as formações linguísticas e a constituição e compreensão do conflito psíquico. Buscaremos, assim, demonstrar algumas das implicações do ‘não’ na constituição do sujeito e na construção da vida comum considerando sua natureza linguística e filosófica, seu caráter histórico e seu papel simbólico.

Capítulo 1: *O não na linguagem humana*

1.1. *A universalidade da negação*

Apesar de apresentarem diferenças e particularidades infindáveis, as línguas humanas costumam ter aspectos partilhados. Há até linguistas que perseguem esses universais como marcas de uma origem comum no cérebro humano, marcas que provariam, enfim, a existência da linguagem de forma absoluta, biológica e independente da história e da sociedade. A teoria gerativa de Chomsky encontrou alguns – *poucos* – desses universais linguísticos, frequentemente colocados em discussão pela descoberta de uma *nova língua primitiva* (cf. EVERETT, 1992; ANGELO, 2007). Como exemplo de universais até agora aceitos, podemos citar a presença, em todas as línguas, de verbos, pronomes e substantivos. Também é consensual o fenômeno da dupla articulação, isto é, o fato de que as línguas são articuladas por unidades distintivas sem significado (os fonemas) sempre vinculadas a unidades de nível superior dotadas de significação (os morfemas). Outro acontecimento tratado como sendo comum às línguas humanas é a negação. Alguns estudiosos ainda vão além, afirmando que as sentenças negativas são também universalmente marcadas, ou seja, apresentam uma estrutura morfossintática acrescida de partículas, mais complexa e mais ampla do que sua correspondente afirmativa (OTHERO, 2007). A afirmação se faria naturalmente, já o ‘não’ precisa ser dito, marcado, explícito.

Longe de defender a pertinência dessa busca por universalidade, consideramos esse um dado interessante: a linguagem humana não é apenas declarativa, precisamos dizer ‘não’ ou dizemos necessariamente ‘não’ e marcamos esse dizer. Um breve passeio pela língua portuguesa nos mostra que fazemos isso de formas bastante variadas. A partícula ‘não’ não é a única maneira de negar. Há outros marcadores como *nem*, *nunca*, *jamais*, *sem*, *nada*, *agora*, *ninguém*, *nenhum*. Expressimos negação também nas próprias palavras por meio de prefixos como *i-*, *in-*, *a-*, *an-*, *dis-*, *des-*. Temos ainda itens lexicais negativos, as relações de antonímia, antítese e oposição, além de expressões como “fora”, “à parte disso”, “exceto”, “menos”, “longe de”, “uma ova!”, “de jeito nenhum”, “de jeito maneira”. Sem falar nos enunciados positivos com valor de negação, como: “Aconselho que você o encontre. Por que encontrará-lo?” ou nas sentenças negativas com valor afirmativo, como em “Qual não foi minha surpresa!” (CULIOLI, 1996, p. 34 e 38). Cada uma dessas formas da língua tem um funcionamento estrutural e semântico específico e aciona diferentes redes de memória para efetivar o gesto negativo,

mostrando que o fenômeno da negação está longe de ser inequívoco, estável ou transparente.

1.2. *A aquisição da negação pela criança*

Assim como os demais aspectos da linguagem, a negação é adquirida. O bebê não nasce sabendo negar, ela aprende esse gesto e essa forma linguística desde muito cedo no convívio com seus cuidadores que reprovam algumas de suas atitudes, desaparecem de seu campo de visão, não satisfazem imediatamente suas pulsões de fome, sede e seus desejos de proteção e acolhimento. A criança é, assim, capturada pelos sentidos do ‘não’, ela sente na pele a interdição, a privação, a reprovação para, num segundo momento, dirigir esses efeitos ao outro por meio de palavras e gestos que exprimem negação.

René Spitz (1978), em seu estudo sobre o papel do ‘não’ na gênese da comunicação humana, busca explicitar a relação entre os processos de identificação e o significado da aquisição semântica (gestual e linguística) da negação. O autor percorre, para tanto, o caminho trilhado pelas relações objetais:

O ‘não’ do objeto libidinal impõe uma frustração à criança e causa desprazer. Em consequência, o ‘não’ (palavra e gesto) é conservado como um traço de memória no sistema de memória do ego. No id, a carga afetiva de desprazer, separada desta apresentação, provocará uma catexia agressiva que, agora, se liga ao modo de associação no traço de memória do ego. [...] O ‘não’ (gesto e palavra) é o elo de identificação com o objeto libidinal (SPITZ, 1978, p. 65-66).

Dois significados podem ser depreendidos para o ‘não’ na vida psíquica humana: o da agressividade e o da identificação com o agressor. O conflito é assim internalizado e a criança passa tanto a interpretar o ‘não’ como um *afeto contra*, quanto a tentar dominar a ambivalência entre passividade e atividade. Tem-se um exemplo interessante desse processo quando comparamos as reações da criança à aproximação de um estranho em duas fases diferentes da vida:

A resposta de um bebê de oito meses ao estranho cobre uma ampla gama; pode ir de uma expressão de pavor ou baixar os olhos como se estivesse embaraçado, ou cobrir os olhos com a mão, ou puxar o lençol sobre os olhos, ocultar a face no cobertor etc. Com exceção da primeira e mais leve forma, todas essas ações servem para excluir a percepção do rosto estranho. Em outros termos, elas são uma ‘negação em ato’ (Anna Freud, 1936), uma defesa. [...] A melhor prova de que a criança tem plena consciência do que está fazendo, e mesmo assim

tentando, por via do desejo, fazer desaparecer o estranho, é que a criança volta a olhar para o estranho de vez em quando. Ela entreabre os dedos, levanta o rosto sob o cobertor – e volta a escondê-lo. Alguma coisa dessa indecisão, desse conflito é transportada também para a negação (SPITZ, 1978, p. 73-74).

Quando a criança pode manifestar a negação por gestos ou palavras, ela abandona essas tentativas ilusórias de aniquilação do outro e a identificação com quem lhe disse ‘não’ (o agressor em sentido amplo) a levará a significar sua recusa pela adoção do gesto do adulto (a negação linguística ou gestual). Nesse momento, por meio da negação, a criança passa da passividade para a atividade e experimenta um aumento de autonomia. É pelo jogo simbólico da língua, e não pela ação, que o ego é construído na relação com os outros egos e com o mundo. Quando a escolha entre o ‘sim’ e o ‘não’ entra em jogo para a criança, introduz-se “a alternativa da discussão em lugar do ataque” (SPITZ, 1978, p. 151) e por aí se constrói a possibilidade da sociabilidade: na substituição da ação destrutiva pelo jogo das relações simbólicas.

A singularidade do sujeito vai se construindo nessa passagem do agir ao falar, pois “é na linguagem que o sujeito encontra recursos para lidar com o poder, para redistribuir a tensão” imposta pelas relações intersubjetivas e sociais (LAGAZZI, 1988, p. 97). Nesse sentido, poder dizer ‘não’ é um ganho na luta por seu desejo, por autonomia, por liberdade. Considerando sempre que o ‘não’ se diz de muitas maneiras e, também, indiretamente, no jogo da linguagem, não entendendo, entendendo errado, não escutando as ordens, falando quando se pede silêncio, calando quando há a exigência de dizer, desviando o sentido das palavras e das frases, tomando-as literalmente, fazendo, enfim, da linguagem um campo de disputa que não está restrito a determinadas formas linguísticas, mas que permeia a própria natureza do simbólico (cf. PÊCHEUX, 1980/1990, p. 17).

Essa especificidade da linguagem é também discutida de forma mais precisa nos estudos sobre a aquisição da linguagem pela criança. Interessada no acompanhamento longitudinal de crianças que estão entrando no mundo da língua, Maria Fausta Pereira de Castro (1995) se depara com o problema da negação e constata que muitas pesquisas sobre o desenvolvimento das diferentes formas de negar são pautadas por explicações de ordem cognitiva e/ou psicológica. A autora tenta escapar desse ponto de vista complementar – que explica a linguagem como uma conjunção recíproca de fatores de ordem psicológica e/ou social (cf. HENRY, 1992) –, mostrando, pela análise de episódios de fala infantil, que o sistema linguístico tem uma posição singular na vida

humana e que é uma realidade *relativamente* independente tanto do psicológico quanto do social⁴.

Em sua argumentação, a autora busca mostrar que estruturas linguísticas do tipo ‘não x’ são enunciados-citações que, por volta dos 2 anos de idade, começam a ser inseridos pela criança em estruturas pré-construídas mais amplas, como ‘não x porque/senão justificativa’. Esses elementos fixos são *fragmentos* da fala do adulto que *capturam* a criança e a obrigam a se movimentar na língua para ocupar o lugar vazio deixado pelo ‘não’ e pelo ‘porque’. No caso da garota acompanhada no referido estudo, temos o seguinte exemplo: acostumada a repetidas advertências do adulto, como “*não* pode engolir o caroço *senão* engasga, machuca, faz mal...”; ao comer um pedaço de frango, a criança exclama: “Um caloço” e logo em seguida: “Num pode tomê o caloço *senão* engoli.” Mais a frente, a mãe pergunta: “O osso não pode comê, por quê?”; ao que a garota responde com uma incorporação do argumento da mãe: “Só zente gande.” (CASTRO, 1995, p. 34-35). Essa justificativa-citação e essa estrutura ‘não x *senão* justificativa’ são decalcadas do dizer do adulto e transformadas pela criança em diversos episódios de fala. Percebe-se, então, que os enunciados da criança são determinados pela fala do outro, mas são deslocados e ressignificados por um trabalho da própria língua, em sua estrutura e significação. Passe-se assim do *infans* a um “sujeito dividido entre as posições de ser falado pela língua e ser autor de seus enunciados” (CASTRO, 1995, p. 37). É interessante notar que os estudos sobre a entrada da criança no universo da linguagem não deixam de destacar que algo, de fato, acontece no sujeito pela via da negação tanto em relação à aquisição da linguagem (e seu funcionamento próprio) quanto à construção do psiquismo e da sociabilidade.

1.3. *Descrições do fenômeno negativo*

Reconhecendo também a importância dessa estrutura linguística, os estudos sobre *argumentação na língua* consideram a negação como um problema a ser discutido. A *teoria da argumentação na língua*, proposta pelo linguista francês Oswald Ducrot em meados dos anos 1980, discute a diferença entre considerar a argumentação como uma simples técnica de convencimento ou um conjunto de conclusões a que se

⁴ Podemos compreender essa relativa independência da língua se pensarmos na impossibilidade de o sujeito agir sobre sua estrutura. A língua é como é, não como desejamos que ela seja. O sujeito é tomado pela língua, é dito por ela. Ainda que busque resistir, como no caso de sotaques negativamente marcados (o ‘r’ retroflexo do universo caipira brasileiro) ou de formas consideradas incorretas pela norma padrão que saem pela nossa boca apesar das, às vezes frutíferas, tentativas de contenção.

pode chegar a partir de um enunciado e a concepção mais ampla de que os encadeamentos argumentativos são constitutivos da significação da linguagem humana. A argumentação é entendida, desse ponto de vista, como um *direcionamento da interpretação*. Já que todo elemento ou construção linguística demanda que lhe seja atribuído algum sentido, as próprias formas da língua participam da construção dessas possíveis interpretações. Olhar o problema da negação sob esse enfoque é considerar a linguagem como um fenômeno intersubjetivo e social, que depende do outro e do contexto.

Nesse sentido, Ducrot sustenta que os enunciados negativos funcionam pelo “choque de duas enunciações antagônicas” (1981, p. 202): uma positiva e outra que a rejeita. Há uma duplicidade de sujeitos e posições envolvida no ato de dizer ‘não’. Um enunciado declarativo negativo como “Pedro não é gentil” supõe dois pontos de vista opostos: um relativo à gentileza de Pedro e outro que recusa essa gentileza, afirmando que ele não é gentil. Dois enunciadores opostos falam, pois, por meio do locutor. Percebemos bastante claramente essa separação que atesta tanto a divisão daquele que fala, quanto a presença do conteúdo negado. O linguista vai nos mostrando assim que “uma afirmação é apresentada na negação de uma maneira mais fundamental que a negação na afirmação” (DUCROT, 1981, p. 202). Alguns poderiam objetar que ao enunciar uma sentença afirmativa do tipo “Hitler é gentil” o locutor seria, pelas circunstâncias históricas, obrigado a considerar a existência de opositores, de onde a presença da negativa “Hitler não é gentil”. No entanto, a dissimetria dessa copresença fica evidente quando à primeira declaração se encadeia uma frase que a enfatiza. Numa enunciação negativa, o encadeamento enfático é possível: “Pedro não é gentil, ao contrário, ele é insuportável”. O que não ocorre com a declaração afirmativa: “Hitler é gentil, ao contrário, ele é adorável”, que pode ser avaliada como, no mínimo, estranha. O *contrário* não se faz presente na afirmação, ao passo que é constitutivo da negação. Essa análise, por testes, tentativas e erros bem à moda dos linguistas, demonstra um fato filosoficamente interessante: os enunciados negativos apresentam de forma mais patente o conflito, a divisão, a oposição de forças que falam através da fala do sujeito.

O linguista francês descreve, assim, três tipos de negação: a *descritiva* – que representa um estado de coisas, afirma um conteúdo negativo (Ex.: João não deve fumar/Pedro não foi à festa); a *metalinguística* – que questiona uma afirmação anterior (Ex.: Essa parede não é branca/ Não tem leite na geladeira) e a negação *polêmica* – que permite a expressão simultânea de pontos de vistas antagônicos atribuídos a dois

enunciadores diferentes e que permite refutar um conteúdo positivo: a afirmação constitutiva do enunciado negativo é atribuída a x e a negação propriamente dita é imputada a y, sendo que aquele que pronuncia a sentença negativa (o locutor) se identifica com o argumento de y, não de x (Ex.: “Revolução e não golpe de estado; revolução e não motim militar...” – Costa e Silva em seu discurso de posse em 1966). Segundo Ducrot, a negação polêmica seria similar à denegação psicanalítica, cujo funcionamento Freud descreveu em 1925. A *duplicidade* de enunciadores percebida na negação polêmica foi aproximada, pelo linguista, ao *desdobramento* do sujeito entre admitir e recalcar, que ocorre na denegação psicanalítica.

Mas quando introduzimos nessa reflexão tipológica a dimensão político-ideológica da linguagem, a equivalência entre *negação polêmica* e *denegação* fica comprometida. Em sua análise dos discursos presidenciais durante a ditadura militar brasileira, Freda Indursky (1990) provoca uma reflexão importante. Como nos mostra Ducrot, a negação estabelece um conflito entre duas posições divergentes de modo que, no exemplo do enunciado de Costa e Silva (ver acima), aquilo que significa ‘golpe de estado, motim’ em determinadas condições históricas de existência, é ‘revolução’ em outras. Pelo fato de essas posições serem ideologicamente antagônicas, a relação que se estabelece entre os sujeitos que se inscrevem numa e noutra posição também o é. Há, portanto, uma polêmica profunda, inconciliável, ao que Dominique Maingueneau denomina *interincompreensão*. Um não escuta o outro, não entende o outro, de forma que a negação, nesse caso, fica significada como repúdio, refutação, recusa do outro. Sentido que pode ser comparado ao gesto infantil de se esconder ou fechar os olhos diante do outro que ameaça: um desejo de que o adversário desapareça, seja aniquilado.

Já a denegação psicanalítica nos diz de um sujeito que nega um sentimento ou comportamento seu que ele não reconhece. Nesse sentido, o conteúdo negado não incide sobre um elemento externo ao sujeito, da ordem da ideologia. A denegação acontece no interior do próprio psiquismo pelo modo como o sujeito se relaciona com seus medos, recalques e fantasmas. Ao transferir esse funcionamento psíquico para pensar o funcionamento do discurso, isto é, a língua na história, Indursky propõe a análise de um exemplo:

“Não tenho complexo anticomunista... Nem o meu anticomunismo exclui o conhecimento de conquistas da Revolução de 1917...”
(CASTELO BRANCO, 1964 apud INDURSKY, 1990, p. 120).

Nesse caso, a negação incide sobre elementos do próprio posicionamento do sujeito, não sobre uma posição antagônica, como no funcionamento polêmico da negação. Falando do interior do domínio político que lhe captura, é legítimo ao sujeito ser anticomunista, sua fala não faz oposição a isto. Mas a conjuntura exige que os fatos sejam ditos na negativa. Nesse caso, não há confronto político ou refutação do outro. O sujeito simplesmente não reconhece algo que se passa consigo mesmo, em sua própria posição ideológica. Ele *denega*, mas não instaura polêmica ou interincompreensão entre diferentes posições ideológicas, o que não significa que possamos desconsiderar a controvérsia constitutiva das diferentes instâncias psíquicas (*eu-isso-supereu*) que se manifesta no fenômeno negativo.

Se a língua opera uma ruptura radical entre o sujeito e o mundo e ao mesmo tempo é a única condição de acesso (interpretação, recorte) à realidade, é também por meio de sua materialidade que a resistência pode se manifestar. Insistimos, portanto, na compreensão do fenômeno da negação como tendo, antes de mais nada, um papel simbólico na construção das relações entre o sujeito e o mundo por meio da linguagem. Talvez esteja aí uma das funções primordiais do ‘não’ na vida humana: r-existir.

Capítulo 2: **O não na filosofia**

2.1. *A lógica da negação*

Desde os pré-socráticos, a discussão sobre a possibilidade de ser e não ser ao mesmo tempo está em pauta no pensamento filosófico. Heráclito defendia a unidade dos contrários; a mudança conectaria sim e não, dia e noite, inverno e verão, guerra e paz, amor e ódio, fome e saciedade. Essas conjunções denotam que cada um desses eventos ocorre em *tempos diferentes*, “em que cada um deles [um dos elementos] vigora ou predomina; e uma tal sucessão de contrários pode ser dita unidade, pelo facto de a coisa que adquire os diversos opostos permanecer, apenas diferentemente caracterizada ao longo do tempo” (MESQUITA, 1999, p. 23). Parmênides, ao contrário, sustentava que “ou totalmente é necessário ser ou não”. Ideia que se tornou lei na *Metafísica* de Aristóteles: “nunca se deve asseverar que o mesmo é e não é” (ARISTÓTELES apud D’AGORD, 2006, p. 242). Essa aforismo se transforma no *princípio da não-contradição* (“é impossível acreditar que uma mesma coisa seja e não seja”) que, juntamente com o *princípio do terceiro excluído*, também formulado por Aristóteles (ou uma proposição é verdadeira ou sua negação é verdadeira, não há meio termo possível) e o *princípio da identidade*, expressão afirmativa do princípio da não-contradição enunciado por Leibniz (“cada coisa é aquilo que é”), serão os pilares da lógica tradicional.

O passo da lógica tradicional, que estudava os tipos de juízo (entendidos como modos de afirmar ou negar a atribuição de um predicado a um sujeito por meio de um elemento de ligação), para a lógica moderna, que trabalha com frases enunciativas (frases com pretensões próprias de verdade), foi dado por Gottlob Frege. Na lógica moderna, a proposição não é entendida como sendo formada por sujeito e predicado; ela é descrita em termos de funções, de expressões relacionais encadeadas por pares ordenados. Por exemplo, na proposição “João é pai de Pedro”, “é o pai de” é uma expressão relacional e “João, Pedro” são um par ordenado. Entre João e Pedro existe a relação “ser pai de”.

Um estudo da negação sob o enfoque relacional da lógica moderna foi realizado por Frege em 1918-1919. Nele, o autor parte da interrogação pensada como um convite a reconhecer a verdade ou a falsidade de um pensamento. A resposta a uma questão é fundada no julgamento e pode tanto ser positiva quanto negativa. A negação aparece, pois, em Frege como uma *asserção que rejeita* um dado conteúdo com base no juízo.

Logo, como observaram posteriormente Freud (1925) e Ducrot (1981), cada um em seu domínio, a negação contém a afirmação daquilo que nega.

Mas a questão de Frege é outra. Já que a ideia de um pensamento falso é um contrassenso, o que pensar de uma negação do tipo: “Três não é maior do que cinco”? Esse pensamento é verdadeiro, mas a sentença que lhe dá origem é vazia de sentido. Assim, a afirmação “3 é maior do que 5” só pode ser admitida do ponto de vista lógico em três situações: como sentido de uma proposição interrogativa, como parte de uma ligação condicional ou na negação (FREGE, 1971, p. 200). Mas, de todo modo, na sentença “3 não é maior do que 5”, temos uma negação com força afirmativa. Frege se pergunta, a partir daí, como um pensamento pode ser destruído? O que significa negar um juízo? Ora, não se tem diretamente acesso ao pensamento, ele pode apenas ser inferido a partir de proposições, expressões, palavras e signos. A negação, como parte desse mundo de símbolos, não tem, portanto, nenhum poder de separar ou determinar o pensamento. As coisas continuam podendo ser pensadas, sendo verdadeiras ou falsas, sendo afirmadas ou negadas. Frege conclui, então, que a negação incide sobre as partes da proposição, não do julgamento. Mas onde estaria a coisa negada? No mundo externo ou no pensamento? Nas coisas mesmas ou no modo como falamos delas? Qualquer resposta seria controversa. De fato, o que está em jogo é uma diferença de posições político-filosóficas sobre a tríade linguagem-pensamento-mundo. Mas a reflexão lógica de Frege nos leva a uma discussão ampla: o julgamento é um evento psíquico que requer um indivíduo que o afirme e seja seu portador, já a negação, como um elemento do pensamento, não tem necessidade de um portador, não deve ser tomada como um conteúdo da consciência, mas como um evento de linguagem. Não se deve, pois, confundir a palavra ‘não’ com a asserção – manifesta sob a forma linguística – do julgamento (FREGE, 1971, p. 207). Para existir, o pensamento não precisa de nenhum acréscimo, ele é um todo por si. A negação, ao contrário, tem necessidade de ser completada por um pensamento. “O pensamento completa, a negação é completada”, afirma Frege (1971, p. 2010). A noção de pensamento, em Frege, é definida como sendo um *portador de verdade*!⁵ A negação precisa ser *costurada* por algo verdadeiro, ela é, portanto, uma construção do juízo. Frege não se ocupa em explicar como esse ato mental se produz ou se manifesta, mas podemos encontrar aí claramente uma menção a algo que é exterior ao sujeito. A definição lógica de verdade e falsidade é

⁵ Em Frege, o juízo é compreendido como o ato mental pelo qual se atribui verdade a um pensamento. Já a asserção seria a manifestação verbal do juízo.

inquestionável, há condições para verificá-las. Mas a construção do que pode/deve ser ou não negado ou admitido é algo de ordem externa ao pensamento, é algo que se constrói no diálogo com o outro, com o mundo, a sociedade, a história. O conflito se instala entre as imposições desejosas (de satisfação e/ou conservação) do *isso* e as injunções construídas pelo *supereu*. Mediando essa disputa, está o *eu*. A nosso ver, é o *eu* quem pode dizer ‘não’, é o *eu* quem está em medida de julgar, de *suturar*, como uma verdade, aquilo que se afirma quando se nega.

2.2. *Negação e devir*

O tema da negação é também crucial às chamadas filosofias do devir, que consideram o processo de mudança como um motor da existência em oposição ao Ser entendido como imutável (LALANDE, 2006, p. 224). A filosofia hegeliana terá, nesse sentido, um papel fundador em toda a filosofia moderna, tendo influenciado grandes pensadores do devir, como Marx e Freud. Para Hegel, o motor da história são as *negações determinadas* dos momentos precedentes⁶. A negação seria, nessa perspectiva, mudança, devir e reconhecimento da oposição entre os diferentes momentos da história. Se é o poder do ‘não’ que faz a história, a investigação das diferentes formas de concretização dos sentidos e dos efeitos da negação coloca novamente em evidência o papel simbólico da linguagem na construção do psiquismo e da sociabilidade.

Essa concepção filosófica começa a ser discutida com grande força no cenário intelectual francês a partir da primeira metade do século XX, quando a hegemonia da crítica kantiana cede lugar a um pensamento do devir. É importante salientar que Hegel foi lido na França por meio de Feuerbach, aluno de Hegel em Berlin, teólogo humanista cujo livro “Sobre filosofia e cristianismo” (1839) teria influência sobre Marx e Freud. A leitura de Hegel na filosofia francesa teria sido, então, marcada pelo viés marxista e freudiano. Nos anos 1930, Alexandre Kojève oferece cursos sobre o pensamento hegeliano na Escola Prática de Altos Estudos de Paris. Suas lições foram seguidas por importantes intelectuais como Sartre, Merleau-Ponty e Lacan. Como se sabe, Hyppolite foi o tradutor da *Fenomenologia do Espírito* em francês, publicada somente em 1939, após os cursos de Kojève.

Kojève é considerado um dos principais comentadores de Hegel. Sua leitura colocou em primeiro plano a dialética do senhor e do escravo e com ela abriu um vasto

⁶ Cf. nota 3 da Introdução.

campo de teorizações na psicanálise. O retorno a Freud empreendido por Lacan foi mediado pela leitura francesa que se fez de Hegel a partir dos cursos de Kojève (BIRMAN, 1989). A conceituação do *estádio do espelho* como fazendo parte da estrutura do sujeito, que se aliena no outro para se constituir, é uma importante consequência da articulação entre Lacan e essa leitura de Hegel (LACAN, 1949/1988). Leitura que colocou em relevância a *dimensão dramática* da constituição do sujeito. Nesse mito de origem, dois homens se encontram buscando, cada qual, ter consciência de si, consciência que só pode existir na relação com o outro, por um reconhecimento, ou seja, como um efeito intersubjetivo, imaginário. Mas esses dois homens se encontram, de fato, num impasse. Já que não podem lutar até a morte, um deles precisa desistir desse combate por puro reconhecimento em favor de sua vida, tornando-se escravo e reconhecendo o outro como senhor. Mas nessa luta dualista os dois perdem sua pretensa liberdade, uma vez que o senhor se aliena do mundo, pois é o escravo quem trabalha e quem tem, conseqüentemente, algum domínio sobre a natureza (KOJÈVE, 2002, p. 11 et seq.).

Esse dualismo só se quebra, oferecendo a possibilidade de um reconhecimento do homem por outro homem, quando a busca se eleva ao domínio simbólico, ao outro representado na lei. O desejo humano não pode se voltar a um objeto (ser o senhor, por exemplo), pois assim não se constrói um ego, não se projeta a liberdade, há apenas senhores e escravos. Só um desejo que se dirija a outro desejo é que pode criar um *eu* humano, porque abre um espaço de jogo. Esse *desejo do desejo do outro* se realiza como uma *ação negadora* do que é dado. O desejo humano gira em torno do desejo de ser o que *não* se é. Transformar. Trabalhar. O caminho da história seria, nesse sentido, o desenvolvimento de processos de reconhecimento pela construção de uma alteridade simbólica, pelo movimento do desejo, movimento que tem o ‘não’, a interdição, por função inaugural (KOJÈVE, 2002, p. 11 et seq.).

Fazendo uma analogia com a questão psicanalítica por excelência – a sexual –, podemos explicar o papel do ‘não’ nessa dialética que engendra a existência humana como uma disputa, iniciada pela função proibitiva do ‘não’, entre a pulsão sexual de vida – que busca abertamente seu objeto de satisfação (como se ele existisse e fosse sempre o mesmo) –, e seu avesso dessexualizado, a pulsão erótica. Como não há possibilidade de satisfação plena, não há completude possível, a pulsão sexual de vida é comandada pelo ‘não’, e tem seu objeto de desejo inibido, postergado, diluído. Ao negar o objeto sexual imediato, a pulsão sexual é sublimada e transformada em pulsão erótica,

aquela que tateia, que busca, investiga, pois não tem um objeto de satisfação pré-definido. Nesse sentido, podemos dizer que a pulsão erótica é a *Aufhebung* da pulsão sexual. O desejo de completude guia a busca por satisfação, mas há um impedimento logo de saída, do qual não se pode sempre desviar⁷.

Por outro lado, e seguindo essa mesma linha de compreensão, a *agressividade*, outro tema caro às discussões psicanalíticas e que foi trabalhado de modo irrecorrível por Lacan (1948/1998), precisa ser renunciada para haver vida comum. Assim, ela se transforma em alguma outra coisa, já que as pulsões não desaparecem do sujeito ao simples apelo da civilização. O abandono da pulsão de morte se tornaria, então, pulsão de crítica, de julgamento, de censura, de negação. Tanto no caso da sexualidade quanto da agressividade, entendidos como dimensões constitutivas do *eu*, vemos que a negação tem uma função importante que é a de confrontar o sujeito ao seu desejo de ser reconhecido pelo outro e a sua necessidade de construir sociabilidade.

Ainda que de passagem, lembramos aqui a reflexão que André Green (2010) realiza a esse respeito. O autor parte da diferença entre negações comuns em análise, como “eu esqueci, não sei, não estou entendendo” – uma tentativa de eliminar o possível – e “eu nunca tinha pensado nisso” – um confronto com a delimitação do possível – para mostrar que *a psicanálise encontra o negativo no fundamento de sua existência*. Um das compreensões mais fortes da psicanálise é a de que o funcionamento pulsional exige que o sujeito o *negative*, jogando com os mecanismos de defesa, para transformar a *vida pulsional* em algo compatível com a *vida cultural* – que é também efeito de uma negação da *vida natural* (p. 304, 305). Ele continua afirmando que a dupla função do negativo, como estruturante/desestruturante, impede que a vida seja definida com base em uma solução única, autossuficiente, justamente porque a binaridade fundamental está, antes de tudo, na diferença/relação *eu-outro*. As oscilações entre reunião e fusão, separação e incompletude, plenitude e descentramento preparam a *função da falta* como condição do deslocamento necessário à vida, como espaço de respiro, de imprevisto.

Começamos, assim, a compreender o sexo e a morte, dois interditos constitutivos do sistema de pensamento concebido por Freud, em relação às funções do ‘não’ na vida humana. O sonho, o luto, a relação das pulsões com a representação, a identificação e a própria noção de inconsciente evocam a importância do negativo em

⁷ Agradeço a Eduardo Gontijo pela analogia tão produtiva na elucidação da relação entre negação, interdição e sexualidade.

psicanálise (GREEN, 2010). Pensando especificamente no funcionamento da denegação, o enunciado negativo seria uma pista, uma forma de acesso ao conteúdo recalçado, já que um dizer do sujeito trai o inconsciente, ou o inconsciente trai o sujeito por seu dizer, anunciando justamente um desejo que *não pode* aparecer. Também é uma *interdição* que sustenta as negações dirigidas às crianças em sua fase de construção do psiquismo e de aquisição da linguagem. Assim como a *recusa* em admitir opiniões contrárias estaria em cena nas negações polêmicas. Mas o que sustentaria esse *não poder*? Talvez possamos perseguir aí as pegadas de uma possível relação, anunciada por Pêcheux (1975/1997), entre inconsciente e ideologia (cf. MARIANI, 1998; FEDATTO, 2013). Essa é uma aposta, um ponto de vista que busca tirar as consequências da descoberta freudiana de que somos comandados por desejos indizíveis e da concepção foucaultiana de que não há vácuo de poder. Certamente a prática psicanalítica não escapa da política. Mas e o inconsciente? Se o poder está por toda parte, por que não pensarmos sobre o seu papel no gerenciamento desse espaço de puro caos que é o inconsciente? Seria lá onde se esconde tudo o que ainda não tem sentido, o que não pode ser dito e ouvido, o que não se sabe, enfim, sobre si? Como o que se proíbe e o que se nega, tanto na sociedade quanto no sujeito, se relacionam com as determinações ideológicas? Nosso intuito é de que o estudo da negação – e de outras manifestações languageiras do conflito subjetivo – possa incitar a refletir sobre essa imbricação entre o psíquico, o linguístico e o histórico.

Capítulo 3: O *não* na psicanálise

3.1. *O trabalho negativo do sonho*

No texto fundador da psicanálise, *A interpretação dos sonhos*, nasce também para Freud uma questão central na compreensão do funcionamento da linguagem e do psiquismo: o estatuto da oposição (*Gegensatz*) e da contradição (*Widerspruch*). Freud está evidentemente interessado em explicar o funcionamento onírico, e não o linguístico. Mas sua descrição da oposição e da contradição no sonho se serve de reflexões linguísticas sobre a questão e projeta ideias importantes para o estudo do funcionamento da negação.

Freud afirma que o ‘não’ parece não existir para o sonho. Essa hipótese se baseia em duas observações: 1) a de que o sonho mostra uma preferência a reunir *contrários* em uma unidade, representando-os em uma única coisa; 2) a de que os sonhos substituem um elemento por seu *oposto* na ordem do desejo, de modo a fomentar, antes de tudo, a indecisão sobre seu caráter positivo ou negativo. Os elementos de que nos fala Freud são palavras, objetos, cores. Tomemos, como exemplo, o sonho sobre a linguagem das flores. A sonhadora relata que se viu caminhando por uma paliçada com um *ramo de flores* nos braços. Esse ramo de flores a fez pensar no anjo que segura um buquê de lírios nos quadros da Anunciação e nas crianças de túnica *branca* nas procissões religiosas de modo que as flores que carregava no sonho aludiam à *inocência*. Mas, essas mesmas flores aparecem, em sua imagem onírica, cobertas por camélias *vermelhas*, numa referência à menstruação e ao romance *Dama das Camélias*, de Alexandre Dumas (1848), no qual a protagonista costumava carregar uma camélia branca, salvo durante suas regras, quando a substituía por uma de cor *vermelha*, relacionada à *impureza*. Freud avança, então, na interpretação do papel das flores e das cores neste sonho, mostrando como o sonho *condensa* sentidos opostos em um mesmo objeto e *desloca* elementos no avesso do desejo:

E o mesmo sonho que expressava sua alegria por ter conseguido passar pela vida imaculadamente apresentava vislumbres, em certos pontos (por exemplo, no emurchecimento dos botões em flor), da cadeia de ideias contrárias – de ela ter sido culpada de vários pecados contra a pureza sexual (em sua infância, quer dizer). Ao analisar o sonho, foi possível distinguir claramente as duas cadeias de ideias das quais a consoladora parecia ser a mais superficial, e a auto-reproadora, a mais profunda – cadeias de ideias que eram diametralmente opostas uma à outra, mas cujos elementos semelhantes, embora contrários, foram representados pelos mesmos elementos no sonho manifesto (FREUD, 1900, p. 26, grifos nossos).

O trabalho que transforma o sonho latente em sonho manifesto, Freud denomina *elaboração onírica*. Em sentido oposto, opera o *trabalho interpretativo*, que busca chegar ao sonho latente por meio do sonho manifesto. Ora, o conteúdo do sonho só se torna manifesto por meio de sua transformação em narrativa, em fala, em palavra. Aquilo que aparecia ideativamente sob a forma de imagens deve ser elaborado segundo a ordem da língua, pois o analista só pode operar sobre aquilo que o sujeito lhe *diz*. Por outro lado, os pensamentos só se tornam inteligíveis (podendo se transformar em imagens visuais no momento do sonho) através da elaboração linguística pela qual passaram durante a vida desperta, por sua relação com o outro e com a língua⁸. Guardemos essa tripla passagem (da língua para a imagem ideativa, e novamente, para a língua). Por agora, interessa compreender os processos que tornam possível “falar” de um sonho e conseqüentemente interpretá-lo. Freud aponta três caminhos para a elaboração onírica: a condensação, o deslocamento e a transformação de pensamentos em imagens (*antes* eram palavras, *depois* serão ainda palavras!).

A *condensação* procurar dar conta do fato de que o sonho manifesto é sempre uma *tradução abreviada* do sonho latente, essa abreviação se realiza por *omissão* de determinados elementos, por *fragmentação* ou por *combinação* de dados comuns. (FREUD, 1915-16, p. 52). As *semelhanças*, e também os contrários, do material latente seriam igualmente condensados em um mesmo elemento no sonho manifesto. Freud compara o processo da condensação à imagem difusa que aparece quando se batem diversas fotografias sobre uma mesma superfície ou ao mecanismo de produção de certos chistes e lapsos de língua, como o conhecido “familiarmente”, que conjuga num advérbio os adjetivos ‘familiar’ e ‘milionário’.

Por outro lado, o trabalho da censura dá lugar à segunda prática da elaboração onírica: o *deslocamento*. Quando algo não pode aparecer ou não pode ser dito, é transformado em outra coisa. A censura opera despistando o reprimido, seja por alusão parcial ou remota, seja por deslocamento de acento, isto é, mudando o foco para elementos sem importância. Diferentemente do que se passa na vida desperta, onde a alusão e a mudança de foco também acontecem, mas devem conservar certa inteligibilidade, o deslocamento operado no sonho manifesto nos faz experimentar algo da ordem do *alheamento*, ao que Freud alude por meio da anedota do ferreiro que cometeu um crime, mas como era o único na aldeia, um dos três alfaiates do povoado fora enforcado em seu lugar (FREUD, 1915-16, p. 54).

⁸ O problema das relações entre pensamento e linguagem é extremamente fecundo e extrapolaria os limites deste ensaio. Para uma discussão panorâmica sobre essa questão, aludimos, portanto, ao artigo de Hoyos-Andrade (1980, p. 109 – 116).

Finalmente, *a transformação de pensamentos em imagens visuais* é apontada por Freud como a elaboração onírica psicologicamente mais interessante. Em consequência dela, consideramos fundamental também a transformação desses pensamentos e imagens em *palavras*. Freud faz comentários sobre o processo inverso, que sublinhamos acima: substituir as palavras – que são a materialidade que se sedimenta psiquicamente na relação com o outro a partir da vida desperta – em imagens oníricas. Pessoas e objetos concretos têm imagens bem construídas em nossa mente; aparecem, por isso, bem configurados na imagem mental dos sonhos, embora passem igualmente pelo processo de condensação que desenhará determinada pessoa ou objeto com feições ou características de outros. Mas como representar imageticamente palavras abstratas e relações entre ideias (partículas e conjunções)? Freud sugere que o sonho traduz palavras abstratas por alusão aos componentes concretos que as formam, como, por exemplo, a fratura de uma perna (*Beinbruch*) se coloca no lugar do adultério (*Ehebruch*, literalmente ‘quebra do casamento’). Já as relações entre ideias – porque, portanto, no entanto, etc. – se expressam por meio da forma do sonho manifesto: clareza ou obscuridade, divisão em cenas, duração das partes. Desse modo, não só o conteúdo do sonho é objeto de interpretação, mas também sua forma de aparecimento (FREUD, 1915-16, p. 55).

Essas observações freudianas apontam uma via interessantíssima de pesquisa. Qual seria o papel das relações lógicas na constituição e na manifestação do conflito psíquico? Como a investigação do funcionamento linguístico da negação, da oposição, da conjunção, da subordinação e da disjunção pode contribuir para a compreensão do funcionamento psíquico? Pretendemos realizar aqui uma tentativa de mapear alguns apontamentos de Freud sobre esses problemas ao lado de comentários e discussões advindas dos estudos da linguagem.

3.2. *Formações linguísticas e conflito psíquico*

Nove anos depois d’*A interpretação dos sonhos*, como apontam as notas da tradução inglesa, Freud tem contato com a edição isolada de um ensaio do filólogo Carl Abel (1884) sobre o sentido antitético das palavras primitivas⁹. Essa descoberta apaixonante o moveu a escrever em 1910 uma resenha, remissiva e plena de exemplos e citações retiradas de Abel, conservando inclusive certa homonímia no título: “Sobre o sentido antitético das palavras

⁹ Em 1885, este ensaio será integrado ao *Sprachwissenschaftliche Abhandlungen* (Ensaio Linguísticos). Todas as nossas referências se reportam a esta edição. Nos textos de Freud e no de muitos comentadores, como Jean-Claude Milner e Émile Benveniste, o nome de Carl Abel aparece grafado com *K*. No entanto, nas publicações originais do filólogo seu nome é escrito com *C*. Optamos, por isso, por manter a grafia do original.

primitivas”. Seguem-se ainda, na obra freudiana, outras referências a este estudo linguístico: uma nota de rodapé é acrescentada em 1911 à *Interpretação dos Sonhos* trazendo um resumo das indicações, já fornecidas por Freud no artigo de 1910, de sentidos opostos condensados em uma mesma palavra no antigo egípcio, nas línguas semíticas e indo-europeias; a segunda parte de *Totem e Tabu* (1912) retoma de modo abrangente a teoria da ambivalência e reforça a raiz antitética da palavra ‘tabu’, referindo-se em nota ao texto de Abel; por fim, Freud apresenta comentários razoavelmente extensos sobre os estudos do filólogo alemão nas *Conferências Introdutórias* de 1915-1916 (parte II – Sonhos: Conferência XI “A elaboração onírica” e Conferência XV “Incertezas e críticas”) e na quinta parte de *Uma breve descrição da psicanálise* (1923).

Freud recorria frequentemente a pesquisas de outros campos científicos, como antropologia, biologia e filologia, para abordar os problemas que a compreensão do funcionamento do psiquismo lhe impunha. As aproximações freudianas foram, por vezes, imprecisas. Essa imprecisão, extremamente questionada, é a nosso ver também profundamente rica, pois não fecha as interpretações e abre novos campos de investigação. Vejamos alguns deles.

Com seu ensaio sobre o sentido antitético das palavras primitivas, Freud busca demonstrar um funcionamento aparentado entre o processo do sonho e a semântica das línguas antigas. Se o sonho demonstra uma insensibilidade à contradição, parecendo ignorar o *não*, e as línguas arcaicas parecem, segundo os estudos de Carl Abel, designar com uma mesma expressão noções contrárias, haveria, então, realmente algo em comum. No entanto, o linguista Émile Benveniste (1956/1995), atento às concepções da gramática comparada do século XIX, observa uma série de incongruências na tese de Abel, assumida um pouco apressadamente por Freud talvez em nome de seu desejo constante de recorrer às origens (da arte, da religião, da sociedade, da linguagem) para explicar o ‘primitivo’ no homem. O fato é que as buscas pelas estruturas comuns à linguagem coletiva e ao psiquismo individual levam Freud a dar crédito absoluto às especulações etimológicas de Abel. O linguista francês faz, sobre elas, duas observações metodológicas cruciais: o método comparatista, predominante no século XIX, estabelecia que os dados linguísticos de forma e sentido deveriam ser sucessivamente atestados em cada momento histórico até a data mais antiga a que a pesquisa pudesse chegar; não se pode proceder, como fez o filólogo alemão, a uma reconstituição anacrônica. A segunda objeção se refere à técnica de comparação entre as línguas, que deve se basear em correspondências regulares, que considerem o parentesco efetivo entre duas

formas. No tocante às línguas ocidentais, Benveniste vai mostrando os equívocos de correspondência etimológica cometidos por Abel. A título de exemplo, podemos citar o antigo advérbio alemão *bass*, ‘bem’, advindo de *besser* e não de *bös*, ‘mau’ (BENVENISTE, 1995, p. 86 – 87).

Um dos aspectos mais interessantes da crítica benvenistiana está em questionar a viabilidade lógica e linguística da existência de uma oposição semântica concentrada em um só vocábulo. A polissemia lexical se relaciona a fenômenos de natureza variada como, por exemplo: 1) atitudes culturais opostas face a objetos qualificados com a mesma palavra (caso do latim *sacer*, ‘sagrado’ e ‘maldito’ – no medievo um rei e um leproso eram literalmente ‘intocáveis’, mas engendravam concepções opostas diante do que não pode ser tocado); 2) ilusão de que as categorias da nossa língua são necessárias e universais (*altus* em latim é tanto ‘alto’ quanto ‘profundo’, pois designa a direção de baixo para cima sem considerar a posição do observador – subir do fundo do poço, subir do pé de uma árvore; já em francês fala-se tanto da profundidade do céu quanto da profundidade do mar); 3) busca nas origens da linguagem, e não da língua específica em análise, de explicações para a polissemia (o contraste aparente do prefixo *re-* em francês: *re-pousser*, ‘repelir’, e *re-venir*, ‘voltar’) (BENVENISTE, 1995, p. 87 – 88).

Benveniste mostra, então, que não há homologia entre o funcionamento do sonho e os processos semânticos das línguas antigas por dois motivos. Primeiramente, porque é próprio à lógica da linguagem, enquanto instituição coletiva e tradicional, apresentar irregularidades e ilogismos que manifestam a dissimetria inerente ao signo linguístico. Ao mesmo tempo, a língua é também um sistema que obedece a alguma formalização, isto é, o trabalho no interior da língua não opera ao acaso, mas por relações necessárias ou não no interior daquele sistema. Em segundo lugar, porque a língua organiza o real, configurando, assim, cada língua mundos diversos. Mas as distinções que uma língua manifesta devem ser relacionadas à lógica particular que as sustenta e não a um juízo universal. Nesse sentido, as línguas arcaicas não seriam nem mais nem menos singulares que as nossas. É muito improvável, portanto, que as línguas antigas escapem ao *princípio da contradição* ao designar com uma mesma expressão duas noções opostas.

Se, por ventura, existir uma língua na qual ‘grande’ e ‘pequeno’ sejam ditos de maneira idêntica, seria mais lícito supor que a categoria da dimensão não exista nessa língua ou não tenha o mesmo sentido que tem para nós (BENEVISTE, 1995, p. 89). É também essa compreensão sistemática que nosso linguista reivindica para o processo onírico. Se se diz que

o sonho não conhece a contradição, é porque o analisamos nos quadros do funcionamento da linguagem. E não haveria como ser diferente, já que só se diz o que é possível ser dito, isto é, a partir das relações opositivas estabelecidas no interior do sistema em análise, seja do sonho, seja da língua. Imaginar uma relação de contradição permanente entre as significações, materializada numa mesma palavra com sentidos antitéticos – que Benveniste chama de *relação não relacionante* – só se explica pelo engodo metodológico que tomou as pesquisas de Carl Abel. Mais do que procurar nas origens da linguagem, o que poderia, e de fato fez, avançar a reflexão freudiana seria perguntar ao mito e à poesia pelos motivos da indeterminação de sentido projetada pelas formações do inconsciente.

O artigo publicado na revista *La psychanalyse* apresenta ainda outras observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana. O texto benvenistiano se funda no problema do método psicanalítico, sendo guiado pela demonstração da importância heurística da *relação de motivação*, em lugar da de *causalidade*, na singularidade da comprovação analítica. Os acontecimentos empíricos têm realidade para o analista apenas *no e pelo* discurso do sujeito que os experimentam e formulam. Ao analista interessa desvendar *motivações* mais que comprovar acontecimentos. A técnica psicanalítica faz, pois, da linguagem seu instrumento: é a *biografia verbalizada* e, assim, *assumida por aquele que fala de si mesmo*, que se torna o campo da ação analítica (BENVENISTE, 1995, p. 82 – 83).

Mas essa linguagem que *age* tanto quanto *exprime* é idêntica a que se emprega fora da análise? Essa questão impulsiona Benveniste a uma discussão sobre as imbricações entre o campo da palavra e o da subjetividade. Na medida em que “o sujeito se serve do *discurso* para ‘representar-se’ a si mesmo, tal como quer ver-se, tal como chama o ‘outro’ a comprovar”, pode-se dizer que a *língua* fornece o instrumento de uma *fala* na qual a personalidade se liberta, se cria, atinge o outro e se faz reconhecer (BENVENISTE, 1995, p. 84). Ela é, pois, uma *estrutura socializada* (algo de singular é partilhado por meio da língua), mas é, ao mesmo tempo, um *sistema comum a todos*, já que a estrutura linguística não se improvisa. No jogo entre o individual e o social, há, para o sujeito, *antinomia* entre seu discurso e a língua. Para o analista, no entanto, esse paradoxo aparece em outro plano: se o conteúdo do discurso informa sobre a representação que o sujeito se faz de si, o analista deve procurar aí um novo conteúdo: o da *motivação recalçada inconsciente*. O analista opera, ao mesmo tempo, com o *simbolismo inerente à linguagem* e com o *simbolismo específico* do discurso de um sujeito, que tem regras, símbolos e sintaxe próprios.

Admitimos, portanto, que não há simetria entre a ordem da língua e as manifestações linguísticas do inconsciente. E Freud também se encaminha nessa direção em seu artigo sobre a denegação. Segundo ele, a polaridade da afirmação e da negação linguística se reduziria ao mecanismo psíquico e moral da *admissão em si* ou da *rejeição para fora de si*. Freud afirma que a negação é uma forma de *tomar conhecimento* do reprimido, é uma espécie de suspensão do recalçamento, mas não uma *aceitação* do recalcado (1925/2011, p. 277). Pela negação, a *função intelectual* se separa do *processo afetivo*: anula-se o fato de a ideia reprimida ser inconsciente, ela é, pois, aceita cognitivamente, mas continua sendo recusada emocionalmente.

Negar algo num juízo é dizer, no fundo: “Isso é algo que eu gostaria de reprimir [recalçar]”. O juízo negativo é o substituto intelectual da repressão [do recalçamento], seu ‘não’ é um sinal distintivo, seu certificado de origem, como “Made in Germany”, digamos. Através do símbolo da negação, o pensamento se livra das limitações da repressão [do recalçamento] e se enriquece de conteúdos de que não pode prescindir para o seu funcionamento (FREUD, 1925/2011, p. 278).

Para introduzir a função da negação, um modo apresentar aquilo que é sob a forma do não ser, Freud emprega uma palavra: *Aufhebung*, a palavra dialética de Hegel, enfatizada e comentada por Hyppolite (1954/1999). Derivado do verbo alemão *aufheben*, este substantivo significa ao mesmo tempo negar, suprimir, conservar e elevar, alçar, suspender, substituir.

Essa ambiguidade no uso da língua, segundo a qual a mesma palavra tem uma significação negativa e uma significação positiva, não se pode considerar como contingente, nem se pode absolutamente fazer à linguagem a censura de dar azo à confusão; mas tem-se de reconhecer aí o espírito especulativo de nossa língua, que vai além do simples ou/ou do entendimento (HEGEL, 1995, p. 194).

Deste modo, em Hegel, a dialética nunca alcança uma síntese, é continuamente *suspensa* por forças e antinomias em conflito. *Suspensão* seria, então, uma boa tradução na afirmação freudiana: a denegação é uma *Aufhebung* do recalçamento, mas não por isso uma aceitação do recalcado. “Apresentar seu ser sob o modo do não ser” é, nas palavras de Hyppolite (1999, p. 529), a sutil tarefa filosófica de Freud, depositada na separação entre o intelectual e o afetivo.¹⁰ Para analisar essa separação, Freud mostra que na denegação o intelectual promove uma espécie de *suspensão* do conteúdo que causa desprazer. A essa suspensão não deixa de convir a ideia de *sublimação* (HYPPOLITE, 1999, p. 530), já que

¹⁰ A partir disso, seria interessante refletir sobre a desontologização do inconsciente, ou seja, pensar o inconsciente como espaço do caos, do múltiplo, do não-sentido, do inatingível. Nesse caso, a negação seria um modo de apresentar o *não-ser* (o inconsciente) sob o modo do *ser* (que pode ser dito por uma negativa, por exemplo).

nasce daí, miticamente, a razão como tal; mas não antes que seu conteúdo tenha sido afetado por uma negação. Trata-se de substituir “o apetite de destruição que se apodera do desejo”, a *negação ideal* como resultado da luta primordial que resultaria no extermínio dos dois lados combatentes, pela *negatividade verdadeira*, possível, que deixa rastros. O pensamento viria, então, como um dos destinos da pulsão, não como um apagamento do objeto negado, mas como uma resposta que satisfaz tanto as exigências sexuais quanto culturais.

Segundo Freud, a função do julgamento tem duas decisões a tomar: uma relativa ao *eu-de-prazer*, outra concernente ao *eu-realidade*. O consentimento ou a recusa de uma determinada característica ou representação é um juízo que se forma na linguagem das mais remotas excitações pulsionais sob a forma (governada pelo princípio do prazer) da introjeção do bom e da rejeição do mau. Essa primeira forma do julgamento que estabelece as fronteiras entre o que expulsar e o que introjetar, corresponde ao que a tradição filosófica, notadamente Hyppolite (1999, p. 534), denomina “julgamento de atribuição”. Já a decisão sobre a existência real, externa, de algo representado no *eu* se dá pela intervenção do princípio da realidade, que procura se certificar de que algo que foi julgado como ‘bom’ possa ser *re-encontrado* no mundo externo. Trata-se aqui da gênese do exterior e do interior. Julgar, continua Freud (1925), é a extensão lógica da *inclusão no eu* ou *da expulsão do eu*, ou seja, é uma continuação das excitações pulsionais primárias (fome, sede). Duas pulsões se embaralham, então, na formação do mito subjetivo: a da unificação e da destruição. Esse dualismo psíquico do juízo decorre, no entanto, de uma característica da negação que o engendra:

A característica de negação linguística é que ela pode anular apenas o que é enunciado, que deve apresentá-lo explicitamente para suprimi-lo, e que um julgamento de não-existência tem necessariamente também o status formal de um julgamento de existência. Assim, a negação é em primeiro lugar admissão (BENVENISTE, 1995, p. 91).

O funcionamento linguístico da negação, conforme descrito por Benveniste, se mostra, pois, análogo à *recusa de admissão* que acontece no *recalque*. Se a forma negativa permite, do ponto de vista intelectual, “um primeiro grau de independência dos resultados da repressão [do recalque]” (FREUD, 1925/2011, p. 281), ela expõe, no mesmo movimento, sua força afetiva, a preponderância de sua determinação. O fator linguístico é, então, decisivo na denegação enquanto formação do inconsciente, já que o que se nega é constitutivo do conteúdo negado, que subsiste como uma aversão à identificação, mas sobre o qual o sujeito não exerce mais nenhum domínio. O sujeito pode (se) contradizer, mas não pode suprimir

uma qualidade fundamental da linguagem: algo sempre corresponde àquilo que se enuncia – “algo e não o *nada*” (BENVENISTE, 1995, p. 92).

3.3. *Linguagem e psicanálise*

O fato de que a linguagem representa algo e tenha uma significação é o que a define como simbólica. Assim como simbólica é também a teoria psicanalítica, visto que Freud faz do simbolismo da linguagem um modo de aceder ao simbolismo do inconsciente. Mas esses dois sistemas não se recobrem. A linguagem se realiza necessariamente numa língua, que é adquirida e que tem relação com o mundo e com o pensamento. Disso decorre que os signos e sua sintaxe não podem, para o sujeito, ser separados das coisas e da experiência; os símbolos atualizados em cada língua mantêm com a realidade uma relação de constatação, não de motivação ou comprovação (BENVENISTE, 1995, p. 92). Já o inconsciente freudiano apresenta um caráter universal, os símbolos que traduzem as suas formações não conhecem acepções linguísticas, não são aprendidos, nem reconhecidos. Além disso, a riqueza de significantes pelos quais o inconsciente escapa corresponde a uma unicidade de significado: um desejo sexual infantil recalcado, que é também a motivação do sintoma, sua dimensão de causalidade.

Essa simbólica do inconsciente, afirma Freud em muitos momentos de sua obra, é encontrada também nas diversas representações coletivas: folclore, mitos, lendas, poemas, ditados, provérbios, trocadilhos. Além disso, o inconsciente emprega uma retórica singular, mas com funcionamento análogo a alguns funcionamentos linguísticos, como aponta Benveniste (1995, p. 94). Os processos de substituição provocados pelo tabu, por exemplo, se materializam em eufemismos, alusões, antífrases, litotes. Os símbolos do inconsciente, por sua vez, emprestam da metáfora seu sentido e sua complexidade, tomam uma parte pelo todo (sinédoque), o continente pelo conteúdo (metonímia) e se encadeiam numa sintaxe profundamente elíptica.

As relações entre o funcionamento da linguagem e a teoria psicanalítica, no entanto, não são transparentes e merecem ainda muita investigação. Explorando o tema da negação como um modo de manifestação dos conflitos psíquicos e sociais, mapeamos alguns pontos que podem fomentar essa discussão. A principal barreira a ser derrubada, talvez, sejam as velhas oposições, como diz Foucault (1988, p. 23), entre mostrar e nomear, figurar e dizer, reproduzir e articular, imitar e significar, sentir e pensar, falar e fazer. Para isso, seria

produtivo considerar que a *duplicidade* do trabalho do negativo na vida humana, como formula Green, possa ser estendida ao papel da linguagem como um todo. Ao mesmo tempo em que a língua se mostra como “passagem, estreito, figura, transformação, processo”, ela estrutura também o seu contrário: “obstrução, cristalização, antecipação, bloqueio, ilusão” (GREEN, 2010, p. 25). Um investimento na compreensão da contraditoriedade dessas relações pode nos ajudar a escapar de posições dogmáticas e disjuntivas que insistem em abstrair ou supervalorizar o papel da linguagem na construção do psiquismo e da sociabilidade.

CONCLUSÃO

Gesto que concentra uma multiplicidade de marcas e atos, a negação continua colocando questões pertinentes para as relações entre linguagem, história e psicanálise: O que se nega com uma negativa? Quais são as formas de negar? Negar apaga o que se nega? Como o sujeito se mostra/se esconde quando nega? Como se articulam negação, subjetividade e sociabilidade? Quais relações haveria entre negação e inconsciente? As possíveis respostas a esses questionamentos não se esgotam com este estudo, pelo contrário, se recolocam a partir das discussões que buscamos articular. Examinando alguns aspectos da negação nos estudos da linguagem, na filosofia e na psicanálise vimos a riqueza dessa visada múltipla que nos permitiu começar a questionar a construção do *psiquismo* por meio da consideração do *histórico* e do *simbólico*. Como palavra final, gostaria de enfatizar em que sentido concebemos essa tríade.

Em sua análise do problema de representação na obra de René Magritte, Foucault (1988) mostra que a pintura ocidental dos séculos XV a XX foi regida por dois princípios fundamentais. O primeiro afirma que a *representação plástica* e a *referência linguística* são dois sistemas que só podem se relacionar por subordinação ou hierarquia: ou a imagem se sobrepõe ao texto (como se percebe hoje as iluminuras dos antigos códices e os incunábulo) ou o texto governa o sentido da imagem (como nas ilustrações de livros ou nas legendas de imagens em geral). Desse ponto de vista, o signo verbal e a representação visual são sempre alternativos, relacionando-se somente por meio da soberania, ora de um, ora de outro. A concepção de que haveria dominância em direção a uma das muitas instâncias constitutivas do sujeito também impera na cena dos estudos sobre linguagem, filosofia e psicanálise, sobretudo em visões que aceitam, por exemplo, a existência de determinações biológicas, psicológicas ou sociais como explicativas de algum aspecto humano. Recusamos também, como via inversamente proporcional, a saída conciliadora de compreender as relações entre psiquismo e linguagem pela via da complementaridade.

O segundo princípio que organizou a pintura ocidental até Kandinski, de acordo com Foucault, seria a indissociabilidade entre equivalência, semelhança, representação e afirmação. Com essa analogia, nos aproximamos da discussão que espero instigar sobre o papel do negativo na interface linguagem/psicanálise/sociedade. O filósofo francês nos mostra que Klee, Kandinski e Magritte vão desfazendo, com suas pinturas, a velha equivalência entre semelhança e afirmação tão presente nas técnicas de ilusão de ótica

que pretendem simular a realidade, produzindo uma “pesada carga de afirmação” que convence pela acuidade da semelhança (FOUCAULT, 1988, p. 60). Se a *semelhança* tem a ver diretamente com a existência de um original e suas cópias, a *similitude*, diferentemente, se desenvolve por séries sem começo nem fim, colocando em questão o problema da representação. “O que *representa* o quê?”, se pergunta Foucault diante dos desconcertantes quadros de Magritte. A assertividade da representação é posta em causa. O problema que se coloca é como afirmar, tanto por meio de signos verbais, quanto picturais, se não há ponto de partida ou suportes únicos, seguros? Como a obra de Magritte, que faz incidir a linguagem na forma das coisas, com seu *poder ambíguo de negar e se desdobrar* (FOUCAULT, 1988, p. 49), o negativo tem como principal função na vida humana expor a dúvida equívoca entre ser e não ser, ser sob a forma do não ser, ser um e ser outro, ser um em meio a outros, não poder ser de tal forma, ser em sociedade e na história tendo que se haver com o outro e consigo mesmo.

Depois desse percurso, e ainda provisoriamente, arriscamos afirmar que a negação da divisão subjetiva estaria na origem de toda negação efetivamente formulada. A expressão linguística seria um modo de acesso à compreensão do inconsciente. Inconsciente que se esconde, se esquivava e se transforma na negação primordial de que o *eu* não é dividido. Eu sou eu! – diz o *eu*. Sei o que quero e o que digo! Esse funcionamento imaginário é essencial para a constituição do ego. Nesse sentido, o esquecimento da divisão do sujeito em diferentes instâncias psíquicas organizaria um ego delineado em torno de algum saber sobre si, a partir de limites colocados pelo ‘não’, entendido seja pelo viés do devir e todas as possibilidades abertas pelo não-ser, seja pela via das interdições produzidas pela ideologia e pela sociedade (o impossível num dado momento histórico do qual o *supereu* é o estandarte). Outro aspecto a salientar é que a história e a sociedade também participam da construção do psiquismo. Não há *eu* fora da história. Não há recalçamento/recusa/rejeição sem ideologia. Não há *isso* sem a poesia que *des-estrutura* a linguagem, sem deslize ou sem metáfora. As funções do ‘não’ na vida humana começam pela admissão da primazia do inconsciente sobre a unidade do *eu*. Esse espaço do não-ser, do não-sentido e do não-sabido é fundamental para arejar as possibilidades do ser, do fazer sentido e do saber. O negativo teria, assim, um duplo papel – subjetivo e social – de abertura e contenção, ação e omissão, investimento e recusa. O negativo estaria na base do *inconsciente*.

REFERÊNCIAS

- ABEL, Carl. Über den Gegensinn der Urworte. In: **Sprachwissenschaftliche Abhandlungen**. Leipzig, 1885, 313-367.
- ANGELO, Claudio. Tribo do AM causa guerra na linguística. **Folha de S. Paulo**. Ciência, 16 abr. 2007. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1604200701.htm>
- BENVENISTE, Émile. (1956) Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana. In: **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes/Ed. Unicamp, 1995.
- BIRMAN, Joel. A filosofia e o discurso freudiano: Hyppolite, leitor de Freud. In: HYPPOLITE, Jean. **Ensaio de psicanálise e filosofia**. Rio de Janeiro: Taurus-Timbre, 1989.
- CULIOLI, Antoine. Existe-il une unité de la négation ? In : LA NEGATION : une ou multiple ? **Mémoires de la Société de Linguistique de Paris**, nouvelle série IV. Paris : Klincksieck, 1996, p. 33-44.
- D'AGORD, Marta. A negação lógica e a lógica do sujeito. **Ágora** v. IX, n.2. Rio de Janeiro, jul./dez. 2006, p. 241-258.
- DUCROT, Oswald; BARBAULT, M. C. O papel da negação na linguagem comum. In: **Provar e dizer: linguagem e lógica**. São Paulo: Global, 1981, p. 93-104.
- EVERETT, Daniel Leonard. **A língua Pirahã e a teoria da sintaxe**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- FEDATTO, Carolina P. Inconsciente e ideologia nas formulações linguísticas do conflito. **Anais do VI Seminário de Estudos em Análise do Discurso**. Porto Alegre, 2013.
- FOUCAULT, Michel (1973). **Isto não é um cachimbo**. Trad. Jorge Coli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FREGE, Gottlob. (1918-19) La négation. In : **Écrits logiques et philosophiques**. Trad. Claude Imbert. Paris : Seuil, 1971, p. 195-213.
- FREUD, Sigmund. (1900) A interpretação dos sonhos. Cap. VI O trabalho do sonho. Vol. IV, 37 p.
- FREUD, Sigmund. (1910) Sobre o sentido antitético das palavras primitivas. **Obras completas vol. 9**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 302-312.
- FREUD, Sigmund. (1912) Totem e Tabu. **Obras completas vol. 11**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 13-244.
- FREUD, Sigmund. (1915-1916) Conferências introdutórias – Parte II – Sonhos. Vol. XV, 91 p.
- FREUD, Sigmund. (1923) Uma breve descrição da psicanálise. Vol. XIX, 13 p.
- FREUD, Sigmund. (1925) A negação. **Obras completas vol. 16**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 275-282.
- GREEN, André. (1993) **O trabalho do negativo**. Trad. Fatima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2010.

- HEGEL, G. W. Friedrich. (1830) **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio**. Vol. I A ciência da lógica. Trad. Paulo Menezes. São Paulo: Loyola, 1995.
- HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Trad. Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- HOYOS-ANDRADE, Rafael-Eugênio. Linguagem e pensamento: uma preocupação de linguistas e filósofos. **Alfa**, nº 24. São Paulo, 1980, p. 109-116.
- HUSSERL, Edmund. **Expérience et jugement**. Trad. Denise Souche-Dagues. Paris: PUF, 1970.
- HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. Trad. Márcio Suzuki. Aparecida: Artes e Letras, 2006.
- HYPPOLITE, Jean. (1954) Commentaire parlé sur la *Verneinung* de Freud. In: LACAN, Jacques. **Écrits I**. Paris: Seuil, 1999, p. 527-537.
- INDURSKY, Freda. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, nº 19. Campinas, jul./dez. 1990, p. 117-122.
- KOJÈVE, Alexandre. (1947) **Introdução à leitura de Hegel**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: UERJ, Contraponto, 2002.
- LACAN, Jacques. (1948) A agressividade em psicanálise. In: **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LACAN, Jacques. (1949) O estádio do espelho como formador da função do *eu* tal como nos é revelada na experiência analítica. In: **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LALANDE, André. (1926) **Vocabulaire technique et critique de la philosophie**. Paris : PUF/Quadrige, 2006.
- MARIANI, Bethania. Ideologia e inconsciente. **Gragoatá**, v. 05. Niteroi: UFF, 1998, p. 87-97.
- MESQUITA, António Pedro. *Aóyoç e filia* em Heráclito: sentido e função do conceito de *filia* na filosofia de Heráclito. **Philosophica**, n. 13. Lisboa, 1999, p. 13-42.
- OTHERO, Gabriel de Ávila. A negação nas línguas: um universal linguístico. **Revista do Instituto de Humanidades**, vol. VI, nº XXIII. UNIGRANRIO, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. (1975) **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. (1980) Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, nº 19. Campinas: IEL/Unicamp, 1990.
- PEREIRA DE CASTRO, Maria Fausta. Ainda a negação: questões sobre a interpretação. **Caderno de Estudos Linguísticos**, nº 29. Campinas: jul./dez. 1995, p. 27-38.
- SAFATLE, Vladimir. **Aula 6/30 sobre a “Fenomenologia do espírito” de Hegel**. 21 de junho de 2011. Disponível em <<http://projeto-phronesis.com/>>, acesso em jan./2013.
- SPITZ, René. **O não e o sim: a gênese da comunicação humana**. Trad. Urias Correa Arantes. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

OBRAS COMPLEMENTARES

A NEGAÇÃO. **Revista Letra Freudiana**, nº 05. Rio de Janeiro, 1988.

ARRIVÉ, Michel. Freud e seus linguistas: Sperber, Abel, Schreber. In: **Linguística e Psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e os outros**. Trad. Mário Laranjeira e Alain Mouzart. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2001, p. 79-91.

ASSOUN, Paul-Laurent. Représentations de mot et représentations de chose chez Freud : pour une métaphychologie du langage. **Histoire Épistémologie Langage**, tome 14, fascicule 2, Paris : 1992, p. 259-279.

BENMAKHLOUF, Ali. G. Frege : sur la négation comme opposition sans force. **Revue de Métaphysique et de Morale** nº 30, Paris: 2001/2, p. 7-19.

BENOIST, Jocelyn. La théorie phénoménologique de la négation, entre acte et sens. **Revue de Métaphysique et de Morale** nº 30, Paris: 2001/2, p. 21-35.

BENVENISTE, Émile. (1952) Comunicação animal e linguagem humana. In: **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes/Ed. Unicamp, 1995.

CHIANG, Chih-Ying. Le *ou* asymétrique, introducteur d'un contexte négatif? **Langages**, nº 162, Paris, 2006/2, p. 32-45.

DAVID-MÉNARD, Monique. La négation comme sortir de l'ontologie. **Revue de Métaphysique et de Morale** nº 30, Paris: 2001/2, p. 59-67.

DUCARD, Dominique. Sentido oposto, ambivalência, complementaridade: notas de leitura seguidas de um estudo semiolinguístico de *abandon*. **Letras de Hoje**, v. 44, n. 1. Porto Alegre, jan./mar. 2009, p. 72-79.

FURTADO, Dimas B. Do sim e do não: comentários sobre a denegação. **Reverso**, nº 61, ano 33. Belo Horizonte, jun. 2011, p. 29-38.

HENRY, Paul. (1984) A história não existe? In: ORLANDI, Eni. (Org.) **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

HYPOLITE, Jean. **Ensaio de psicanálise e filosofia**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Taurus-Timbre, 1989.

HYPOLITE, Jean. **Introdução à filosofia da história de Hegel**. Trad. José Marcos Lima. Rio de Janeiro: Elfos, Lisboa: Edições 70, 1995.

JAKOBSON, Romain. (1956) Deux aspects du langage, deux types d'aphasie. In : **Essais de linguistique générale**. Trad. Nicolas Ruwet. Paris : Minuit, 1963, p. 43-67.

LA NEGATION: une ou multiple? **Mémoires de la Société de Linguistique de Paris**. Nouvelle Série, tome IV. Paris : Klincksieck, 1996.

MILL, John Stuart. **Système de logique déductive et inductive** : exposé des principes de la preuve et des méthodes de recherche scientifique. Liège : P. Mardaga, 1988.

MILNER, Jean-Claude. Sens opposés et noms indiscernables: K. [sic] Abel refoulé d'É. Benveniste. In: **Le périple structural: figures et paradigme**. Paris : Verdier, 2008, p. 91-120.

ORLANDI, Eni. Do não sentido e do sem sentido. In: JUNQUEIRA FILHO, Luiz Carlos Uchôa. (Org.) **Silêncios e luzes: sobre a experiência psíquica do vazio e da forma**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.